

## O RETORNO DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA: A CRÍTICA E A CIDADANIA COMO INSTRUMENTOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS (1980-1990)

Beatriz Muniz Gesteira

Gabriela Montez Holanda da Silva\*

**Cite este artigo:** GESTEIRA, Beatriz Muniz; SILVA, Gabriela Montez Holanda. “O retorno da sociologia na escola: a crítica e a cidadania como instrumentos da democratização do país”.

**Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 64 - 78, agosto 2012. Semestral. Disponível em: [www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br). Acesso em: 02 de agosto de 2012.

**Resumo:** A sociologia torna-se disciplina obrigatória no ensino médio do estado do Rio de Janeiro no ano de 1989, através de que pede a inclusão desta na Constituição Estadual desse ano. Neste artigo, propomos analisar os sentidos atribuídos à inserção dessa disciplina no período da reabertura política do país, tendo como ponto de miragem os discursos produzidos nos documentos referentes ao I e ao II Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio, evento que tinha como objetivo estabelecer diretrizes para essa nova disciplina. Levamos em conta, para a clara apreensão desses sentidos, o contexto político e social brasileiro da época e as movimentações pela profissionalização do sociólogo (iniciados na década de 1970).

**Palavras-chave:** ensino de sociologia; sentidos do ensino de sociologia; profissionalização do sociólogo.

*No momento atual do debate, a introdução da sociologia no Ensino Médio é vista como agente e instrumento de participação social e conscientização política, e assume uma função crítica e interrogadora da sociedade (Documento Nº I: Resultado do I Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio, 1989).*

### 1. Introdução

No presente artigo buscaremos realizar uma reconstrução histórica da luta e da implementação do ensino de Sociologia no então ensino de segundo grau no Rio de Janeiro nos anos 1980/1990 para, num segundo momento, compreender quais os objetivos e sentidos que

estavam no bojo da inserção da disciplina Sociologia no ensino médio fluminense no ano de 1989, quando, através de uma emenda popular aditiva, a discussão em torno da obrigatoriedade do ensino de sociologia entra em voga na Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.

Interessa-nos, ainda, buscar apreender o papel dos diversos atores e instituições envolvidos no processo de inserção dessa disciplina. Buscaremos salientar a relação da luta e da inserção da Sociologia com a conjuntura política e social brasileira, assim como a sua articulação com movimentos próprios do campo das Ciências Sociais na virada dos anos 1980 para os anos 1990, como a luta pela regulamentação da profissão do sociólogo.

Para que possamos alcançar os objetivos propostos, optamos por reconstruir e analisar dois eventos acadêmicos que tiveram importância para a consolidação da recém-inclusão da sociologia no currículo: o I e o II Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio, ambos coordenados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (CEE) e datados do ano de 1990.

A escolha desses dois eventos deve-se, justamente, à significância que atribuímos aos mesmos. Atribuição conferida diante de inúmeros fatos, dentre eles a participação das principais universidades fluminenses, incluindo-se aí as públicas federais Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a estadual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), além de ter sido fruto da iniciativa, e de ter tido coordenação, do Conselho Estadual de Educação, que é órgão normativo da Secretaria Estadual de Educação e que, por esse motivo, exerce papel importante no que diz respeito à dinâmica da educação escolar no estado do Rio de Janeiro. Outra motivação para a análise desses eventos é o fato de eles terem sido os primeiros grandes eventos do Rio de Janeiro relacionados única e exclusivamente ao ensino de sociologia (obrigatório) no então ensino de segundo grau.

Para além da relevância das instituições envolvidas com o nosso objeto de estudo e dos objetivos do I e do II Encontro, a data dos mesmos também traz-nos uma imensa curiosidade de pesquisa, posto que os eventos coincidem com o ano chave da reabertura política do país.

Pelo exposto, acreditamos que esses eventos tornam-se importantes focos de estudo quando pretendemos entender algumas questões relacionadas ao ensino de sociologia no estado do Rio de Janeiro. A que a compreensão dos debates, da dinâmica e dos resultados desses dois encontros possa favorecer o entendimento de muitos aspectos referentes à inserção da sociologia no ensino médio e do processo de institucionalização ainda em curso.

Utilizamos como fonte principal de análise o material coletado pela pesquisa na qual se inserem as autoras desse artigo. Estes materiais se dividem em duas categorias:

- Fontes orais: entrevistas realizadas com atores que estavam diretamente envolvidos com esses dois encontros, nas quais contamos com relatos minuciosos sobre esses eventos.

- Fontes escritas: documentos históricos coletados através de 1) atores sociais ligados à luta pela inserção do ensino de Sociologia no Rio de Janeiro; 2) arquivos da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ) e 3) documentos doados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

## 2. A sociologia no Ensino Básico

Seguindo a proposta de Machado (1987), primeiro autor a propor uma periodização caracterizada pelas intermitências do ensino de sociologia na escola brasileira, podemos observar alguns momentos distintos na história no que diz respeito às entradas e saídas dessa disciplina.

Em 1882 os “pareceres” de Rui Barbosa a respeito da importância do ensino de sociologia (com ênfase nos cursos preparatórios e superiores) são escritos, porém não entram em vigor, tendo sido considerados de “elevado nível” (MORAES, 2003). Entre 1890-1897 com a Reforma Benjamin Constant, que estava alinhada ao pensamento positivista em voga na época, a sociologia deveria ser lecionada nos cursos preparatórios, que seriam o 6º e o 7º ano do secundário. Na prática, a Reforma não foi concretizada. Entre os anos de 1925 e 1942, através da Reforma Rocha Vaz, a sociologia torna-se obrigatória e seus conteúdos estão presentes nas provas de vestibulares de acesso ao ensino superior. A Reforma Francisco Campos, datada de 1931, reforça o caráter de obrigatoriedade da disciplina. Entre 1942-1961, anos de vigência da Reforma Capanema, a sociologia encontra-se excluída da escola, posto seu caráter de não obrigatoriedade. Ela continua sendo lecionada no curso normal, onde aparecia com o nome de “sociologia educacional”. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 categoriza como optativa uma série de disciplinas do curso colegiado, dentre elas a sociologia. Entre os anos de 1971-1982, apesar do seu caráter optativo, a disciplina não é incluída nos currículos.

Com a reabertura política brasileira nos anos 1980, inicia-se o período da reinserção gradativa da Sociologia nos diferentes estados do país. No Rio de Janeiro a disciplina é introduzida na Constituição Estadual em 1989, acontecimento que será destacado no decorrer desse artigo.

No ano de 2008 a sociologia torna-se obrigatória em caráter nacional a partir de lei 11.684/08. No artigo “Trajetória da Sociologia no Rio de Janeiro” (HANDFAS *et al.*, 2012), as autoras atualizam essa periodização, apresentando uma nova fase que se inicia no ano de 2008 e segue em vigência até os dias de hoje.

Importa-nos, neste momento, ter em mente a conjuntura política e social brasileira dos anos 1980, já que é nesse período que se inicia no país um fértil debate sobre a reinserção da sociologia enquanto disciplina no ensino secundário, o que resulta, em 1989, na inserção da disciplina nas escolas estaduais do Rio de Janeiro.

### 3. Anos 1980 – Reinserção gradativa da Sociologia e o caso do Rio de Janeiro

Dentre os documentos que tivemos acesso na pesquisa, muitos vieram pelas mãos de atores importantes na luta pela inserção da sociologia no ano de 1989 e outros foram coletados no Conselho Estadual de Educação e no arquivo da APSERJ, a Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro.

A análise desses documentos permite a seguinte constatação: dois processos de luta, estando o segundo condicionado pela conjuntura advinda do primeiro, influenciam e informam a própria luta pela reinserção da disciplina sociologia, quais sejam, o processo de luta pela reabertura política do país e a luta pela regulamentação da profissão do sociólogo, ambos iniciados no fim dos anos 1970. A luta pela regulamentação da profissão do sociólogo visava o estabelecimento desse profissional, das normas dessa profissão e também a normatização da área de atuação do sociólogo.

De maneira concomitante ao processo da redemocratização brasileira, os cientistas sociais, muitos formados durante o período da ditadura militar, começam uma movimentação intensa pela sua profissionalização e por um lugar no mercado de trabalho. É no final dos anos 70, momento de emergência dessas movimentações, que são criadas uma série de associações representativas que lutavam por demandas próprias dos cientistas sociais, como a questão da profissionalização, do piso salarial e outras. (OLIVEIRA e JARDIM, 2009).

No bojo do processo de luta pela profissionalização do sociólogo, os cientistas sociais organizam uma série de encontros, de reuniões e de debates que giram em torno da sua profissionalização. A pesquisa documental, conjugada à análise de entrevistas realizadas com atores dessa luta, nos informa sobre o quão intenso foi este momento.

Os encontros nacionais e regionais de sociologia são, em nossa base documental, um dos maiores articuladores das questões que circulavam em cada época. Poderíamos enumerar diversos encontros em que a luta pela inserção da sociologia e pela profissionalização foram mencionada e discutida, porém, isso pode ser exemplificado através de apenas alguns encontros, os quais elencamos como significativos em referência ao total de encontros realizados nesse período.

A leitura do documento final do IV Congresso Nacional dos Sociólogos, datado de 1982, nos permite constatar que este era um dos eventos que se empenharam em discutir a questão da profissionalização dos sociólogos:

O 4º congresso nacional dos sociólogos, realizado de 7 a 10 de setembro de 1982, na cidade de Fortaleza, sob o tema geral “A conjuntura e a prática sociológica no país”, concentrou esforços no entendimento e debate da questão da organização dos sociólogos enquanto categoria. Após longos anos de luta pela regulamentação da profissão os sociólogos defrontaram-se, nesse Congresso, com a emergência de sua condição de categoria legalmente constituída bem como com a vontade

dessa categoria, já anteriormente expressa, de organizar-se no sentido da defesa de seus interesses (Documento final IV Congresso Nacional dos Sociólogos, 1982).

O documento apresenta a importância do cumprimento de alguns objetivos no que diz respeito à consolidação da categoria profissional dos sociólogos e à ampliação do mercado de trabalho. Interessa aqui destacar que, dentre esses objetivos, encontramos a luta pela inserção da sociologia no ensino médio: Associações estaduais e Associação dos sociólogos do Brasil devem lutar pela introdução do ensino de sociologia no 2º grau (Documento final IV Congresso Nacional dos Sociólogos, 1982).

Vinte e seis anos antes da obrigatoriedade nacional do ensino de sociologia, datada de 2008, a educação básica é apontada pelos redatores do documento analisado como grande canalizadora dos formados em ciências sociais. Aponta-se, então, a necessidade da luta pela inserção da disciplina como ampliadora das oportunidades profissionais dos cientistas sociais: “Ao nível da regionalização do mercado de trabalho voltamos a afirmar que a nível nacional o setor público é o principal empregador. Deste, a área de ensino absorve grande quantidade de profissionais, principalmente no ensino de 1º e 2º grau (Documento final IV Congresso Nacional dos Sociólogos, 1982).”

Cabe ressaltar que os graduados em Ciências Sociais não lecionavam sociologia nos colégios, posto que, como vimos na periodização proposta por Machado, no período da ditadura militar esta disciplina esteve fora do currículo escolar. Neste período, os graduados em ciências sociais lecionavam disciplinas da área das ciências humanas, dentre elas a Educação Moral e Cívica e a OSPB. Podemos apontar diversas afinidades ideológicas entre as supracitadas disciplinas e o projeto educacional da ditadura militar brasileira [1].

Na análise documental empreendida pode-se encontrar a afirmação de uma suposta substituição curricular da Sociologia pelas disciplinas Educação Moral e Cívica e OSPB. No Boletim Informativo da Associação dos Sociólogos de Santa Catarina, “Práxis”, datado de abril de 1985 encontramos o seguinte trecho:

Desde 1979, professores e estudantes de todo o país vêm lutando pelo retorno do ensino de sociologia ao II grau. As associações profissionais dos sociólogos, sob a coordenação da associação dos sociólogos do Brasil, têm (sic) debatido, nos seus últimos congressos e estaduais e nacionais, a necessidade da reintegração da sociologia no currículo do segundo grau, de onde foi retirada em benefício de educação moral e cívica e de organização social e política do Brasil. (...) O desejo de todos os que vêm trabalhando pelo retorno da sociologia é que ela deixe de ser disciplina optativa e integre o currículo obrigatório. O abandono do objetivo superior do ensino de segundo grau, que é a formação para a cidadania, tem sacrificado a formação de gerações de jovens e adolescentes. É necessário repensar, nesse aspecto, a educação de segundo grau, superando a visão simplista dos tecnocratas que imperaram nesse longo período de regime autoritário, que a nação brasileira está enterrando com o surgimento de uma Nova República. (PRÁXIS, 1985)

Finalmente, no ano de 1984, é regulamentada a profissão do sociólogo:

Em 1984, o Decreto no. 89.531 regulamentou a Lei no. 6.888, de 1980, reconhecendo legalmente a profissão de Sociólogo e sua área de atuação. Porém, na prática, essa legislação se mostrou inócua devido o seu caráter genérico, não definindo com clareza e objetividade as atribuições de competência exclusiva dos sociólogos, o que rendeu muitas críticas por parte do movimento dos sociólogos. (OLIVEIRA e JARDIM. 2009)

A introdução da Sociologia no ensino médio do Rio de Janeiro nasce desse contexto de luta característico da década de 1980 e é fruto de emenda popular aditiva, que contou com cerca de 4.000 assinaturas da população do Rio de Janeiro em abaixo-assinado encabeçado pela APSEJ, a Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro.

A APSEJ, fundada em 1981, teve papel fundamental na luta pela implementação da sociologia no RJ e foi criada sob três bandeiras de luta: o intuito de reunir e organizar os cientistas sociais fluminenses, lutar pela ampliação do mercado de trabalho do cientista social e pela reinserção da disciplina sociologia no então nomeado segundo grau.

No ano de 1989, o Grupo de Trabalho de Educação da APSEJ deu início à campanha pública “Pela Volta da Sociologia no 2º Grau” através de confecções de botons, camisetas, cartazes, jornal e recolhimento de assinaturas para a apresentação de uma Emenda Popular Aditiva ao Projeto de Constituição do Estado do Rio de Janeiro (nº. 1988) (OLIVEIRA e JARDIM. 2009).

É importante ressaltar a participação articulada de diversas instituições na luta pela inserção da Sociologia, dentre elas a APSEJ e os cursos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Fundação Educacional Unificada Campograndense [2]. O balanço bibliográfico sobre o tema aponta que a participação das universidades deu-se por meio da adesão individual de professores, estimulados pela causa da sociologia no segundo grau, e não propriamente pelas instituições (cf. HANDFAS *et al.*, 2012).

Além das universidades e da APSEJ, já no âmbito legislativo, o Deputado Estadual Accácio Caldeira abraça essa causa e apresenta a Emenda Aditiva de nº1379 ao texto constitucional, incluindo a Sociologia na rede pública estadual do estado.

Moema Toscano, então professora do departamento de sociologia da UFRJ, defendeu oralmente, na ALERJ, a emenda popular aditiva datada de 30 de agosto de 1989. Em entrevista concedida às autoras deste artigo, Moema Toscano relembra todo o processo de luta sobre o qual aqui nos debruçamos, dizendo que “a sociologia era como um pulmão por onde a gente podia respirar alguma coisa naquele clima [da ditadura militar] [3].

Como consequência de toda essa luta relatada, no ano de 1989, o art. 317, parágrafo 4º, introduz a Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos de segundo grau das redes pública e privada do estado: “Será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia.” (Constituição do Estado do Rio de Janeiro, 1989, art. 317, parágrafo 4º).

#### 4. I e II Encontro sobre a Introdução da Sociologia

O Conselho Estadual de Educação, sendo o órgão normativo do Sistema Educacional do Estado e que tem a incumbência de fornecer diretrizes para as questões de ensino, vê-se diante à necessidade de estabelecer normas para o ensino de sociologia a partir do momento da sua obrigatoriedade no Rio de Janeiro. Assim sendo, o CEE designa uma comissão que deverá criar essas diretrizes [4]. Em documento datado do ano de 1990 e redigido por membros do Conselho Estadual de Educação [5], encontra-se uma breve síntese do que esta comissão deveria fazer e quais os meios de que se utilizaria para cumprir com esse dever:

Essa comissão, com a consciência democrática que, cada vez mais, se enraíza nos brasileiros que hoje vivenciam uma nova realidade política, optou por buscar conhecer o pensamento da comunidade educacional direta ou indiretamente vinculada à questão [do ensino de Sociologia], para orientar seu pronunciamento (Documento nº1: Resultado do I Encontro Sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio, 1990).

Em outras palavras, buscou-se ouvir aqueles que, sobre o ensino de Sociologia, muito tinham a dizer, de maneira a tornar as citadas diretrizes um reflexo da “consciência democrática” que então estava se enraizando nos brasileiros. A partir desse diálogo seriam estabelecidas, então, as devidas normas para o ensino da sociologia no estado.

É importante que percebamos a interessante proposta de construção conjunta das diretrizes para o ensino de sociologia que o CEE apresenta. Este órgão percebia a necessidade de recorrer aos especialistas e “à comunidade educacional direta ou indiretamente vinculada à questão” do ensino de sociologia, de maneira a exercer a “consciência democrática” a que fazem referência no trecho do documento transcrito.

Para realizar seu intento, a comissão decidiu organizar o I Encontro Sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio, que ocorreu nos dias 15 e 16 de maio de 1990 no SENAI, contando com a participação de 81 pessoas.

Em documento do CEE, também datado de 1990, e que faz um balanço geral da organização, dos temas debatidos e apresenta as conclusões do I Encontro, encontra-se a seguinte listagem de participação:

<b>ABELA 1- PARTICIPANTES DO I ENCONTRO SOBRE A INTRODUÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO - PORCENTAGEM</b>			
UFRJ	3.6%	Professores de 2ª grau	1.1%

UFF	.7%	Estabelecimentos de ensino particular	.7%
PUC	.5%	Estabelecimentos de ensino público	.0%
UERJ	.5%	Secretaria Estadual de Educação – RJ	9.6%
FEUDUC	.5%		
Fac. De Filosofia Itaperuna e Fac. De Filosofia S. Dorotéia	%	Conselho Estadual de Educação	9.8%

Cabe salientar que a APSEJ, instituição que se encontrava inteiramente envolvida na luta pela inserção da sociologia no ensino médio, estava diluída entre as instituições presentes na tabela, já que muitos de seus participantes eram das universidades e faculdades acima relacionadas ou professores de 2º grau.

Durante os dois dias do primeiro encontro foram realizadas duas mesas por dia, todas seguidas de Grupos de Trabalho para discussão dos temas levantados nas mesas. Os títulos das mesas foram: “Os pressupostos teóricos para a introdução da Sociologia no Ensino Médio”, “A contribuição da Sociologia para a conscientização do cidadão como artífice da sociedade”, “As implicações do impacto da introdução da sociologia no currículo da escola de ensino médio” e “A adequação da formação de professores de sociologia para o ensino médio”.

Os grupos de trabalho para discussão foram: “Objetivos e sugestões de conteúdo e metodologia no ensino da sociologia”, “A contribuição da sociologia para a conscientização do cidadão com artífice da sociedade”, “A grade curricular da escola de ensino médio com o acréscimo da sociologia – Sugestões para implantação, levando-se em conta o caráter emergencial (constituição Estadual, Artigo 314, parágrafo 4º)” e “Sugestões para os cursos de formação de professores de Sociologia – Eventual necessidade de procedimento emergencial para suprimento de professores na fase de implantação da sociologia no ensino médio”.

Os temas da mesa e os nomes dos grupos de trabalho já dizem, por si só, muito do que estava em jogo quando se falava sobre o ensino de sociologia à época. Através desses títulos

podemos perceber as preocupações relativas à fundamentação teórica para a inclusão da sociologia no ensino básico, à sociologia com objetivos de “conscientização do cidadão” e às interferências práticas da entrada da sociologia nas escolas, abrindo debate para questões sobre carga horária e formação de professores.

Os nomes dos palestrantes que participaram dos encontros foram: a professora Moema Toscano, hoje professora aposentada da UFRJ, Ronaldo Coutinho, hoje professor aposentado da UERJ, Daisy Stepanky, hoje professora aposentada da UFF e atuante no PPGSD dessa instituição, Letícia Braga de Vicenzi, à época professora da UERJ, Hebe Godfeld, vice-diretora do Colégio de Aplicação da UFRJ nos anos 1980, Hugo de Vasconcelos Paiva, à época professor do Colégio São Vicente, Nicolete Cavalcanti Pereira Rebel, Paula Martini Santos, Francisco Ferraz e Fernando Mota – não foram encontradas referências relativas a esses quatro últimos palestrantes.

Ao fim do primeiro encontro constatou-se que ele não havia sido suficiente para discutir o conjunto de temas e que, de maneira geral, ele mais serviu para apresentar problemas e instigar reflexões. Fez-se, então, necessário a organização de um segundo encontro, realizado cinco meses após o primeiro, em agosto.

Aquele encontro foi também o primeiro momento de reflexão sobre o assunto, sendo um instrumento para levar os interessados a se direcionarem para o problema (...) durante o próprio Encontro concluiu-se pela necessidade de realização de um novo evento como aquele, para reflexão sobre alguns pontos que tiveram um tratamento menos aprofundado, considerando-se a dificuldade de um posicionamento imediato. (Relatório Final do I Encontro -alguns dados-1990)

No II Encontro [6] delimitaram-se, finalmente, algumas propostas para as diretrizes do ensino de sociologia. O documento de Nº II, resultado final desse encontro, traz os tópicos *Objetivos da introdução da sociologia no ensino médio*, *A sociologia na grade curricular do ensino médio*, *Metodologia aplicada ao ensino da sociologia no ensino médio*, *Conteúdo programático da sociologia no ensino médio*, *Adequação dos cursos superiores de formação de professores de sociologia para o ensino médio* e *Programas emergenciais e permanentes para a atualização de professores de sociologia* [7].

## 5. Sentidos da Sociologia

Para refletirmos a respeito dos sentidos da Sociologia, objetivo do presente artigo, optamos pela leitura atenta e reflexiva de todos os documentos referentes ao I e ao II Encontro aqui analisados. Acreditamos que, dada a riqueza do material analisado, rico por ser fruto de um dos primeiros passos para a inclusão normatizada da Sociologia, conseguiremos entender diversos aspectos referentes ao ensino da disciplina no início dos anos 1990.

Muitos aspectos poderiam ser observados, dentre eles: os porquês de se inserir a sociologia na escola; qual a importância dessa inserção; em que medida ela geraria algum problema, ou não, para a máquina estatal ou para a estrutura da escola; o que deveria ser

ensinado; que tipo de conteúdo a sociologia deveria levar ao aluno e muitos outros materiais de análise estão disponibilizados a partir da análise documental por nós empreendida, no entanto, é com o intuito de alcançar maior profundidade na análise desses documentos e de conseguir extrair com cuidado e fidelidade alguma importante reflexão sobre o objeto estudado, que optamos aqui por trazer a questão dos sentidos da sociologia no ensino médio, bem como os objetivos e funções dessa sociologia em sala de aula.

O que seriam os “sentidos da sociologia” aos quais tanto nos referimos? Acreditamos que a inserção de uma disciplina no currículo escolar está imbuída de significâncias e disputas.

Como bem vimos no decorrer do artigo e, principalmente, na explicação das motivações dos encontros aqui analisados, o Conselho Estadual de Educação precisava normatizar essa disciplina, ou seja, precisava determinar o que ela seria e qual seria sua finalidade dentro da sala de aula. Falar dos sentidos da sociologia é, de maneira geral, falar do que o aluno deve apreender e que movimentos a disciplina deve suscitar, ou não, dentro da escola. Dizer que queremos entender os sentidos conferidos à sociologia no ensino médio no ano de 1990 é dizer que nos interessa perceber o “para que” essa disciplina entraria no currículo.

Tendo em vista essa questão dos sentidos e finalidades, optamos por focar nossa leitura nas transcrições das palestras conferidas durante os Encontros e nos pareceres e relatórios finais destes. Os materiais mais extensamente analisados, todos datados do ano de 1990, foram:

- Documento nº1: *Resultado do I Encontro Sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio*. Redigido por uma equipe integrada por: representantes da APSERJ, UERJ, UFF, UFRJ, PUC/RJ, e Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.
- *Parecer da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, Sobre o Documento nº1: Resultado do I Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio –CEE/RJ*.
- Relatório *Final do I Encontro (alguns dados)*. Redigido pelo CEE.
- *Documento nº 2: Resultado do II Encontro Sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio*, redigido por João Trajano de Lima Sento Sé – Cap UFRJ, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros – UERJ, Maria Lúcia Martins Pandolfo – PUC/ RJ, Mauro Petersen Domingues – APSERJ, Santo Conterato – UFF e Vera Pererira – IFCS/UFRJ.
- *Parecer da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFF, Sobre o Documento nº1: Resultado do I Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio – CEE/RJ*.

- *Documento Elaborado pela Comissão Especial de Conselheiros do Conselho Estadual de Educação, Formada para Estabelecer Normas Para a Inclusão da Sociologia no Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino.*

O método de pesquisa que utilizamos para atingir o objetivo aqui proposto foi o levantamento de algumas palavras-chave que pudessem nos ajudar a identificar os “tipos” de ensino de sociologia propostos pelos palestrantes e citados nos documentos. Nesse sentido, reafirmamos a existência de uma diversidade bastante abundante de significados e intenções conferidos à entrada dessa disciplina no campo escolar. Podemos também observar uma gama plural de sentidos conferidos à sociologia no discurso de uma mesma pessoa e na escrita de um mesmo documento.

Através da utilização do método que elencamos para a pesquisa, podemos perceber que é sempre fazendo referência à cidadania, à crítica, à politização e à capacidade de instrumentalizar para modificar algo que está posto que se fala acerca do ensino de sociologia nos documentos analisados.

A questão da cidadania aparece em todos os discursos lidos, tanto naqueles discursos que enfatizam o ensino de sociologia enquanto aparato instrumental para a crítica quanto naqueles que falam desse ensino caracterizando-o enquanto ferramenta para a democratização brasileira.

Abaixo seguem transcritos trechos dos documentos:

A introdução da sociologia no ensino médio será a grande, quando não a única oportunidade de se discutir com os jovens como se dará sua marcha para a cidadania através de um processo metódico, que só a educação formal é capaz de oferecer, apoiada nos conceitos e nas categorias das ciências sociais, em particular da sociologia. **[8]**

A Disciplina Sociologia no ensino médio tem como objetivo principal contribuir para a formação do aluno a fim de que possa construir e exercer a cidadania. **[9]**

Francisco Ferraz inicia a palestra enfatizando o papel da sociologia na formação da cidadania democrática. A sociologia pode instrumentalizar o cidadão para uma prática democrática. **[10]**

Mais que qualquer outra disciplina a presença da sociologia no ensino médio contribui para a formação da cidadania, pois possui um instrumental que (...) pode levar o aluno a encontrar, no concreto do seu dia-a-dia, as reais explicações históricas que revelam os processos geradores das contradições sociais(...) O aluno, enquanto cidadão-trabalhador, com o instrumental da reflexão sociológica, encontra formas de lutar em prol das transformações sociais, participando efetivamente de associações, sindicatos, partidos políticos, nos quais ele pode concretizar o exercício da cidadania consciente e comprometida. **[11]**

A epígrafe que abre o presente artigo é uma ótima síntese do sentido discursivo que repousava sobre a inserção da sociologia de 1989:

No momento atual do debate, a introdução da Sociologia no ensino médio é visto como agente e instrumento de participação social e conscientização política. Ela assume uma função ao mesmo tempo crítica e interrogadora da sociedade. (Documento N° I: Resultado do I Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio, 1989).

O que todas essas falas nos permitem concluir é que: a sociologia era advogada enquanto disciplina necessária para instrumentalizar o aluno, de maneira que este pudesse, baseado nas ferramentas metodológicas da crítica sociológica, construir sua própria cidadania, a partir do reconhecimento do contexto social concreto em que viveria e da sua atuação sobre este meio. A proposição é de uma sociologia construtora da cidadania. O que podemos observar a partir da análise conjuntural das lutas aqui apresentadas e do momento histórico no qual ocorreram essas lutas, é que a sociologia incluída na escola carregaria os ideais propostos em todos esses movimentos. A reabertura política conquistada, a democracia e a crítica à sociedade não deixariam de estar presentes, é claro, na disciplina escolar. O que faz com que um fio condutor esteja presente em todos esses movimentos, permitindo-nos perceber que o sentido atribuído à sociologia era, na verdade, o sentido atribuído à construção de uma nova sociedade, uma sociedade pós- regime ditatorial.

## 6. Considerações finais

Analisamos aqui um recorte da vasta história da disciplina sociologia no ensino de segundo grau que, como exposto anteriormente, sofreu grande período de intermitência até sua obrigatoriedade em caráter nacional no ano de 2008. Optamos por focar no momento específico em que a disciplina se tornou obrigatória no Rio de Janeiro, podendo observar muitas das movimentações políticas da época. Foi através de luta da Associação Profissional dos Sociólogos Estado do Rio de Janeiro que a campanha em favor da disciplina se concretizou após apresentação de emenda popular aditiva à Constituição Estadual de 1989 (com quase 4.000 assinaturas).

Buscamos reconstruir uma parte da história da luta pela reinserção da sociologia enquanto disciplina escolar entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1990, visando apreender os objetivos, finalidades e sentidos dessa luta e da conquista obtida. Entendemos que este é um pequeno esforço de compreensão de um objeto, e que seriam necessários - e pretendemos fazê-los - muitos trabalhos e investigações para cumprir uma verdadeira reconstrução desta história.

Para alcançar nossos objetivos, empreendemos a análise de fontes documentais e orais coletadas na pesquisa desenvolvida pelas autoras.

De maneira geral, os discursos apresentados tanto nos documentos quanto nas entrevistas estavam, cada um a sua maneira, pautados num debate que margeava os seguintes aspectos: a sociologia era vista como uma forma capaz de instrumentalizar os alunos para que estes pudessem exercer a cidadania necessária para que o Brasil pós-ditadura alcançasse sua democracia plena. Outro olhar também conferia a essa sociologia da sala de aula a capacidade

de informar esses alunos de teorias e conceitos que os munissem no sentido de interrogar sempre que possível à realidade social concreta e objetiva a qual estavam inseridos: uma sociologia cidadã e crítica. Desejava-se uma sociologia que fosse capaz de modificar o que estava posto, capaz de operar mudanças e subverter condições não democráticas.

O sentido de “cidadania” atribuído à sociologia pode ser encontrado em diversos documentos relativos ao seu ensino na educação básica, sejam eles recentes, como o documento da inclusão em nível nacional de 2008, lei 11.684, ou sejam eles mais antigos, como os documentos que aqui foram analisados. É importante que tenhamos em mente que as menções relacionadas à cidadania de 2008 provavelmente não possuem sentidos correlatos às menções de 1990.

O que sempre nos instigou antes do acesso aos materiais aqui analisados era: sobre que sentido de “cidadania” estávamos falando no período da reabertura política do país? O que já podemos afirmar, com relação a essa pergunta, é que através da análise de acontecimentos do ano de 1990 podemos observar no discurso referente à inclusão da disciplina sociologia no ensino médio, a atribuição de um significado condizente com a estrutura política e o ideal do grupo de sociólogos que envolvidos com essa causa estavam, tendo em vista que a emergência de uma sociedade precisa carregar consigo novos valores para a sua construção. A entrada da sociologia no ensino médio serviria, no ano de 1989, à necessidade da construção de uma sociedade consciente, crítica e democrática. O conjunto dessas três palavras (consciência, crítica e democracia) estavam diretamente relacionados aquilo que se chamava de cidadania. 🌐

## Notas

\* *Beatriz Muniz Gesteira e Gabriela Montez Holanda da Silva* são alunas de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). São bolsistas de iniciação científica e participam de projeto de pesquisa intitulado O Mapa da Sociologia no Ensino Básico no Estado do Rio de Janeiro, vinculada ao LABES (Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes), sob a orientação das professoras Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira. Email: gabrielamontez@gmail.com.br e beatriz\_gesteira@yahoo.com.br

[1] Assunto extensamente discutido em diversos trabalhos e que será melhor analisado em uma outra oportunidade.

[2] Além da APSEJ e das instituições de ensino, também patrocinaram a proposta de emenda popular de inclusão da sociologia no 2º. Grau as entidades Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Centro de Estudos e Pesquisas da Baixada Fluminense (CEPEBA). Essas informações podem ser encontradas no artigo de Otair Fernandes de Oliveira e de Antônio Pontes Jardim, bem como nos documentos históricos da APSEJ aos quais tivemos acesso para fins de desenvolvimento da nossa pesquisa.

[3] Grifo das autoras

[4] Tal comissão foi presidida pelo conselheiro Nilton Nascimento e integrada por Célia de Figueiredo Bastos, Domingos Pessoa de Oliveira, Maria Helena de Arantes Frota e Thereza Penna Firme.

- [5] Célia de Figueiredo Bastos, Maria Helena de Arantes Frota e Thereza Penna Firme.
- [6] Não foram encontrados no decorrer da nossa pesquisa documental nenhuma listagem que trouxesse o quantitativo de participação do II Encontro.
- [7] Cada um desses tópicos nos permite analisar uma série de outras questões relacionadas à sociologia no ensino médio, como a questão do currículo, no entanto o presente artigo não empreenderá esse tipo de reflexão, trabalho que será feito em uma outra oportunidade.
- [8] Fala de Moema Toscano transcrita no Documento Nº I: Resultado do I Encontro sobre a Introdução da Sociologia, 1990.
- [9] Tópico “Objetivos da Introdução da Sociologia no Ensino Médio” do Documento Nº II: Resultado do II Encontro sobre a Introdução da Sociologia.1990.
- [10] Resumo da fala de Francisco Ferraz, que participou da mesa intitulado “ A Contribuição da Sociologia para a Conscientização do Cidadão como Artífice da Sociedade” no I Encontro. Documento Nº I.1990
- [11] Parecer UFF sobre o II Encontro sobre a Introdução da Sociologia. 1990.

## Fontes documentais

**Documento final IV Congresso Nacional dos Sociólogos**, 1982. Fonte: Acervo APSERJ (original).

**Documento Nº I: Resultado do I Encontro Sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio**, 1990. Fonte: Acervo APSERJ (original).

**Documento Nº II: Resultado do II Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio**, 1990. Fonte: Acervo APSERJ (original).

**Documento Elaborado pela Comissão Especial de Conselheiros do Conselho Estadual de Educação, Formada para Estabelecer Normas Para a Inclusão da Sociologia no Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino**, 1990. Fonte: Acervo APSERJ (original).

**PRÁXIS – Boletim informativo da Associação Profissional dos Sociólogos de Santa Catarina- Florianópolis**, abril de 1985, ano 2, nº 4 Sociologia no 2º grau: para que. Fonte: Acervo APSERJ (original).

**Parecer UFF sobre o II Encontro sobre a Introdução da Sociologia**, 1990. Fonte: Acervo APSERJ (original)

**Parecer da Área de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, Sobre o Documento nº1: Resultado do I Encontro sobre a Introdução da Sociologia no Ensino Médio – CEE/RJ**. Fonte: Acervo APSERJ (original).

**Relatório Final do I Encontro (alguns dados) – CEE/RJ**. Fonte: Acervo APSERJ (original).

## Referências

BRASIL, PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 89.531 de 05 de abril de 1984: regulamenta a Lei 6.888, de 10/12/1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

CONTERATO, Santo (Org.). **A Profissão de Sociólogo e a Sociologia no Ensino Médio**. Rio de Janeiro: APSERJ, 2006.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, atualizada até as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº45, de 25.06.10. 1989. art. 317, parágrafo 4º.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

HANDEFAS, Anita; MIRANDA, Aline; e FRANÇA, Thays. **A Trajetória da Sociologia no Rio de Janeiro**. 2012 (prelo)

MACHADO, Celso S. (1987), O ensino de sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **Revista da Faculdade de Educação**, 13 (1): 115-148, jan./jun., São Paulo, Feusp.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, maio 2003.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. e JARDIM, Antonio de Ponte. O retorno da Sociologia no Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pauta! Perspectiva **Sociológica – Revista Eletrônica, Colégio Pedro II**, Departamento de Sociologia, ano 2. mai, set/2009.